

## QUANTO PAGAM OS POBRES? Determinantes Geográficos e Comerciais dos Preços dos Alimentos no Nordeste\*

*Osmil Galindo \*\**

*Philip Musgrove \*\*\**

**Resumo:** É freqüente supor que os consumidores pobres pagam demais pelos alimentos básicos, tornando-se ainda mais pobres e desnutridos porque: (1) o sistema de comercialização de alimentos é ineficiente, criando sensíveis diferenças de preços entre vendedores e entre regiões geográficas; e/ou (2) os consumidores pobres se abastecem junto aos comerciantes varejistas de pequeno e médio porte, onde podem comprar a crédito e em pequenas quantidades, pagando mais caro para obter os alimentos. Estas hipóteses foram testadas, numa amostra realizada em junho de 1985, referente aos preços de 21 alimentos básicos em um total de 498 estabelecimentos de seis tipos distintos que abrangiam desde o pequeno comerciante varejista até os grandes supermercados, em 19 municípios em seis estados do Nordeste brasileiro. A pesquisa demonstrou que existem algumas diferenças significativas nos preços dos alimentos, especialmente entre as cidades de pequeno porte, mas não há efeitos sistemáticos sobre os preços por tamanho da cidade, por tipo do estabelecimento, pelos níveis econômicos dos bairros pesquisados, pelo uso do crédito bem como pelo hábito de comprar em frações. A pobreza depende muito menos dos preços altos do que do lado da renda baixa. Por sua vez, comprovou-se que os subsídios alimentares do Programa de Abastecimento de Alimentos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) são bastante significativos em comparação às diferenças naturais dos preços e tendem a reduzir sua dispersão.

- 
- \* Este artigo é produto da pesquisa "Quanto pagam os pobres? Estudo de comparação espacial de preços de alimentos no Nordeste brasileiro", realizada em 1985 pelo Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) para a Organização Pan-americana de Saúde (OPS). As opiniões emitidas neste trabalho são de responsabilidade exclusiva dos autores, os quais agradecem os comentários feitos a uma versão prévia, por Clóvis Cavalcanti, Dirceu Pessoa, Hélio Moura e Sônia Lessa.
  - \*\* Pesquisador associado do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco.
  - \*\*\* Assessor de Economia em Saúde da Organização Pan-americana de Saúde.

## 1. INTRODUÇÃO

É consensual, hoje em dia, a conclusão de que o principal fator responsável pela desnutrição protéica e calórica do povo brasileiro, em geral, e do povo nordestino, em particular, é a falta de renda adequada para adquirir os bens necessários de modo a que se tenham asseguradas as condições nutricionais básicas. Contribuem, em grau menor para esta situação, a falta de educação nutricional (que reduz a eficiência com que são usados os escassos recursos econômicos) e a doença (que reduz a eficiência biológica com que o corpo aproveita a inadequada ingestão alimentícia). Porém, mesmo se fossem resolvidos estes problemas, milhões de brasileiros ficariam expostos à desnutrição pelo baixo poder de compra. Esta é particularmente a situação da região Nordeste do Brasil, onde existe maior concentração de pobreza.

Diante deste quadro, os preços dos alimentos básicos assumem papel de óbvia importância para a população, principalmente para aquela de baixa renda. A evolução dos preços no tempo — a inflação — é amplamente estudada, pelo menos nos grandes centros urbanos onde são mantidos os índices de preços ao consumidor. Em contraste, poucas informações são disponíveis sobre as diferenças de preços num momento dado, na dimensão espacial, entendendo-se estas pelas diferenças entre preços pagos por distintos grupos de consumidores, em função da localidade onde moram ou do tipo de comércio que freqüentam para se abastecer. Existem, apesar da falta de informações, duas hipóteses sobre a estrutura espacial de preços que, caso fossem confirmadas, teriam consequências importantes para o combate à fome. Segundo uma delas, o mercado de alimentos funciona de maneira bastante ineficiente devido aos altos custos de transporte e comercialização, às desigualdades de poder econômico entre os distintos comerciantes e à falta de conhecimento sobre custos e preços. O resultado seria uma diferenciação bastante acentuada nos preços de venda desses comerciantes.

A outra hipótese é que a pobreza da população de baixa renda decorre em parte do seu hábito de comprar alimentos a preços desnecessariamente altos: porque se abastece em estabelecimentos que cobram mais caro, ou depende de um sistema de crédito que lhe aumenta os preços, ou se abastece

em menores quantidades do que as quantidades-padrão normalmente comercializadas, o que faz com que esses alimentos custem mais por unidade. Esta questão dos hábitos de **compra** independe dos hábitos de **consumo**, ou seja, da eleição da dieta por parte do consumidor. A hipótese se refere somente à sua eficiência e não à sua racionalidade. A primeira hipótese levaria a intervenções governamentais visando tornar o mercado mais transparente ou homogêneo, na busca de simplificar os canais de comercialização a reduzir todos os preços aos níveis mínimos alcançados no mercado. A segunda hipótese conduziria ademais a esforços educativos entre a população pobre, com o objetivo de mudar os seus hábitos de compra.

O presente artigo reporta e analisa alguns resultados de uma pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco,(4) com financiamento da Organização Pan-americana de Saúde, sobre a estrutura espacial dos preços dos alimentos básicos no Nordeste. Essa pesquisa forneceu subsídios para uma avaliação do Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda – PROAB,(8, 2, 6, 5) sendo este um dos propósitos principais da pesquisa.

A seção 2 deste artigo descreve a estratégia da pesquisa e as principais variáveis a serem associadas às diferenças dos preços. Os resultados obtidos são analisados na seção 3, comparando preços médios segundo as dimensões da pesquisa, a saber: a geográfica, a dos tipos de estabelecimento etc. Na seção 4, se avaliam a significância econômica e estatística de alguns resultados obtidos. A seção final oferece algumas conclusões gerais e certas hipóteses a serem exploradas posteriormente.

## 2. ESTRATÉGIA DA INVESTIGAÇÃO

Para consecução dos objetivos propostos pelo estudo, foi realizada uma pesquisa de corte transversal sobre preços dos alimentos mais consumidos em dezenove municípios situados na região Nordeste, de modo a que se registrasse sua variação espacial e quanto aos tipos de estabelecimentos fornecedores. Os alimentos são: arroz, açúcar, charque, farinha de mandioca, feijão, fubá, leite em pó, macarrão, óleo de soja, ovos, café, enlatados de carne ou de peixe (carne bovina, fiambre, salsicha, sardinha, presuntada, viandada e kitut), margarina, arrozina e pão francês.

Um questionário foi aplicado aos comerciantes de alimentos, constando de informações sobre:

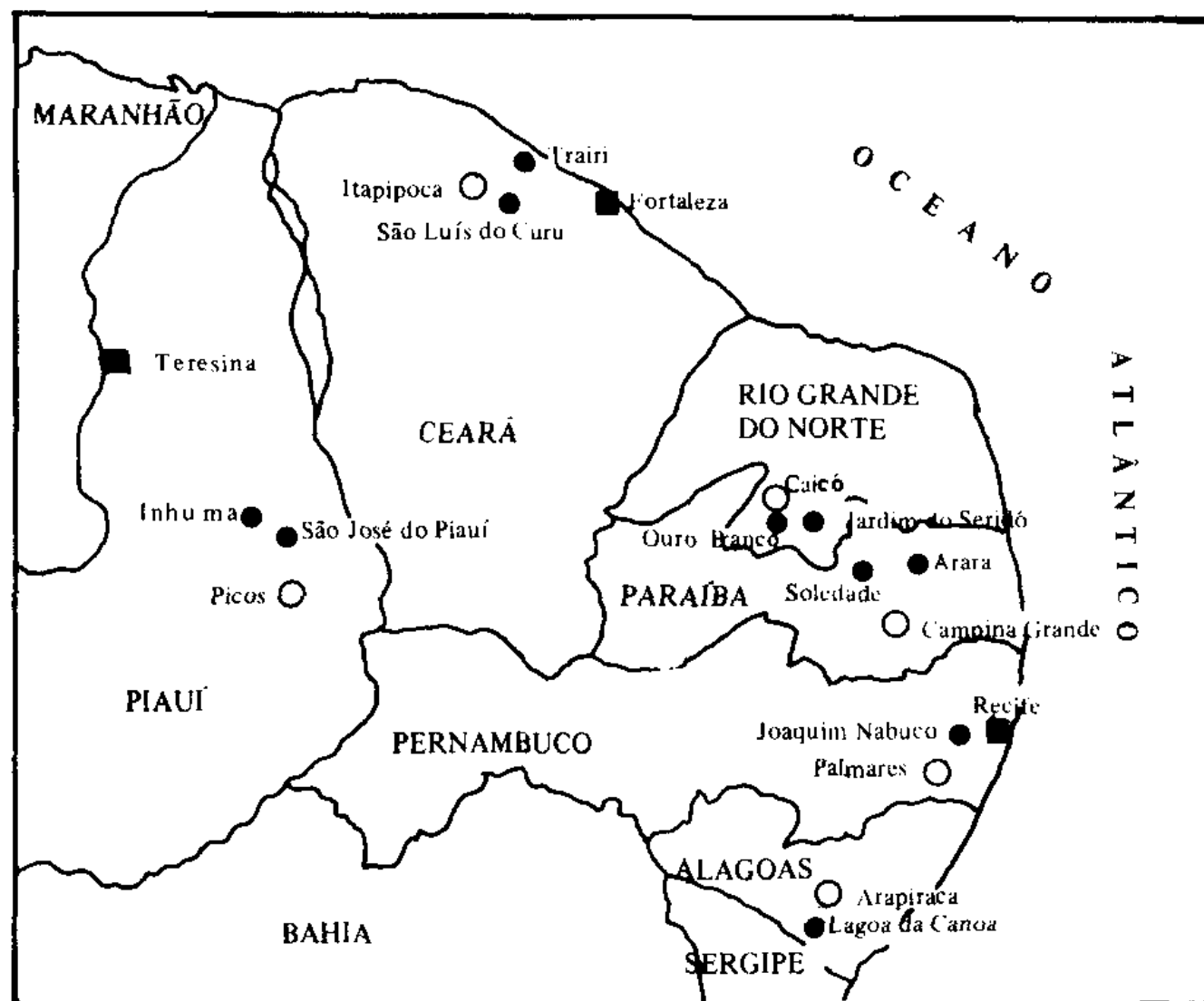
- a) local da entrevista e discriminação dos bairros pesquisados;
- b) caracterização do estabelecimento;
- c) comercialização dos produtos
  - i) marcas mais consumidas;
  - ii) preços da quantidade-padrão (kg de arroz etc.);
  - iii) menor quantidade comercializada pelo estabelecimento;
  - iv) preço da menor quantidade comercializada;
  - v) preço da quantidade vendida em um recipiente-padrão fornecido pela pesquisa;
  - vi) critérios utilizados pelos comerciantes para determinação dos preços;
  - vii) forma predominante das vendas (à vista ou a crédito);
- d) abastecimento dos produtos; e
- e) faturamento semanal (aproximado) dos estabelecimentos.

A amostra teve duas dimensões básicas: a geográfica e a do tipo de estabelecimento. Quanto à primeira, foi feita uma estratificação de áreas geográficas entre cidades grandes, onde funciona o PROAB, entre cidades de médio porte, onde não funciona o PROAB e entre cidades de pequeno porte. No primeiro caso, foram selecionadas as cidades do Recife, Fortaleza e Teresina, onde se aplicaram questionários em bairros atendidos pelo PROAB, em bairros pobres potencialmente atendidos pelo PROAB e em bairros não-pobres (áreas pobres e áreas não-pobres).

Selecionaram-se os municípios médios de Picos no Piauí, Aracati no Ceará, Caicó no Rio Grande do Norte, Campina Grande na Paraíba, Palmares em Pernambuco e Arapiraca em Alagoas. Como pode ser visto no mapa, essas localidades estão bem distribuídas no espaço nordestino, cobrindo uma amostra do consumo urbano de municípios representativos de diversas zonas geográficas do Nordeste, como Agreste, Sertão, Zona da Mata etc. Nelas foram aplicados questionários nos bairros pobres e não-pobres.

Para a escolha dos centros de pequeno porte, optou-se pela proximidade dos municípios de médio porte. Portanto, as escolhas recaíram sobre os municípios de Inhumas e São José do Piauí (áreas de influência de Picos), São Luís do Curu e Trairi (áreas de influência de Itapipoca), Jardim do Seridó e Ouro Branco (áreas de influência de Caicó), Arara e Soledade (áreas de influência de Campina Grande), Joaquim Nabuco (área de influência de Palmares) e Lagoa da Canoa (área de influência de Arapiraca). Nessas cidades não foi levada em conta a diferenciação de bairros uma vez que não são claramente distintos.

**MAPA**  
**NORDESTE DO BRASIL: MUNICÍPIOS PESQUISADOS**



**CONVENÇÕES**

- Cidades Grandes
- Cidades de Médio Porte
- Cidades de Pequeno Porte

Quanto à confecção da amostra por tipo de estabelecimento, usou-se a seguinte classificação:

- a) comerciantes varejistas filiados ao PROAB (só nas grandes cidades);
- b) comerciantes varejistas não-filiados ao PROAB;
- c) supermercado;
- d) minimercado;
- e) boxes em mercados públicos;
- f) bancas em feiras livres.

Quando o custo de um levantamento amostral é previamente estipulado, o melhor desenho da amostragem a ser escolhido é aquele que proporciona o nível máximo de acuidade dos resultados. Este é o critério básico de que se fez uso na amostra em consideração aqui, sobretudo no que toca ao seu tamanho. Procurou-se seguir, neste particular, a recomendação que diz ser a teoria amostral um quadro de referência para se raciocinar inteligentemente, e não uma receita infalível com fórmulas para todos os gostos.(3)

Como a teoria da amostragem permite trabalhar com subconjunto de pequenas dimensões de uma população, o importante seria ter um grau de informação prévio relativo ao universo que indicasse uma grandeza amostral satisfatória. Para isto, tomou-se como parâmetro o total de comerciantes varejistas de produtos alimentícios, bebidas e fumo contidos no Censo Comercial da F.IBGE de 1980 nos municípios a serem pesquisados.

Em virtude da necessidade de oferecer cobertura ao leque mais variado de categorias em que o universo se divide quanto aos tipos de estabelecimentos, aos tipos de bairros e ao tamanho das cidades, escolheu-se arbitrariamente um tamanho de amostra de 460 estabelecimentos, que parecia abrigar a diversidade do universo, conferindo significação estatística à amostra por grupo.

Do total de 460 estabelecimentos previstos pela amostra para serem entrevistados, correspondentes a 2,1% do total de comerciantes, 180 seriam aplicados nas cidades grandes (1,1% do total de varejistas contidos no Censo, para as três cidades, sendo 60 por cidade), 180 caberiam às cidades de porte médio (3,5% dos varejistas contidos no Censo para os seis municípios, ou 30 por cidade) e os 100 restantes corresponderiam às cidades de pequeno porte (8,4% dos varejistas contidos no Censo para as dez cidades, ou 10 por cidade).

Quadro 1  
 Amostra Prevista e Realizada pelo Tamanho das Cidades, por Tipos de Bairros e por Tipos de Estabelecimentos  
 (Valores Absolutos)

Discriminação	Cidades Grandes		Cidades de Porte Médio		Cidades de Pequeno Porte		Total	
	Amostra Prevista	Realizada	Amostra Prevista	Realizada	Amostra Prevista	Realizada	Amostra Prevista	Realizada
Bairros Atendidos pelo PROAB	60	67	—	—	—	—	60	67
— Varejistas filiados	45	49	—	—	—	—	45	49
— Varejistas Não-filiados	15	18	—	—	—	—	15	18
Bairros pobres não atendidos pelo PROAB ou toda a cidade (no caso das cidades pequenas)	60	68	120	114	100	104	280	286
Feira-livre	6	2	12	3	10	4	28	9
— Mercado público	6	8	12	2	10	7	28	17
— Supermercado	6*	6	12*	1	20*	1	38*	8
— Minimercado	6*	11	12*	5	20*	8	38*	24
— Varejista	36**	41	72**	103	40**	84	148**	228
Bairros Não-pobres	60	66	60	79	—	—	120	145
— Feira-livre	6	2	6	13	—	—	12	15
— Mercado Público	6	12	6	11	—	—	12	23
— Supermercado	6*	7	12*	10	—	—	18*	17
— Minimercado	6*	7	12*	17	—	—	18*	21
Varejista	36**	38	24**	28	—	—	60**	60**
Total	180	201	180	193	100	104	460	498

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

\* Máximo permitido: 100 por cento dos estabelecimentos, caso fossem menos.

\*\* Mínimo aceitado.

Por questões de logística, a pesquisa centrou-se em três núcleos: Recife, Fortaleza e Teresina. O núcleo do Recife se compôs, além dele, dos municípios de Palmares e Joaquim Nabuco (em Pernambuco), Caicó, Jardim do Seridó e Ouro Branco (no Rio Grande do Norte), Arapiraca e Lagoa da Canoa (em Alagoas) e Campina Grande, Arara e Soledade (na Paraíba). O núcleo de Fortaleza se compôs, além desta cidade, dos municípios de Itapipoca, São Luís do Curu e Trairi, todos no Ceará. O núcleo de Teresina se compôs dos municípios de Teresina, Picos, Inhumas e São José do Piauí (no Piauí). O trabalho de campo foi realizado num intervalo de 15 dias, durante o mês de junho de 1985.

Antecipando-se que no total da amostra prevista poderiam acontecer algumas distorções nos questionários aplicados, calculou-se que deveria haver uma margem de entrevistas a mais, de cerca de 8%, as quais poderiam substituir aquelas que tivessem problemas. Como tal não aconteceu, foram computados todos os questionários que perfizeram um total de 498 entrevistas, distribuídas conforme se pode ver no Quadro 1. Em referência aos tipos de estabelecimentos entrevistados, apenas nos bairros pobres não atendidos pelo PROAB ocorreram grandes diferenças entre a amostra prevista e a realizada.

O não-preenchimento da amostra prevista se deve ao fato de que alguns tipos de comércio antes tradicionais, como feiras livres e mercados públicos, estão em fase de decadência devido à concorrência com os supermercados e minimercados. Estes dois últimos tipos de estabelecimentos existem com maior frequência nos bairros não-pobres das grandes cidades. Do total de 498 entrevistados, 73,1% eram proprietários dos estabelecimentos, o que mostra que foram inquiridas as pessoas que, em tese, teriam mais informações sobre os estabelecimentos.

Quanto à abrangência de atendimento à população segundo os tipos de estabelecimentos, a maioria destes atendiam às famílias da vizinhança (38,0%), cabendo àqueles que serviam às famílias do bairro a parcela de 22,3%, vindo, em seguida, os que comercializavam para toda a cidade (19,1%). Por sua vez, a maioria dos entrevistados que atendiam às famílias da vizinhança pertenciam à categoria dos varejistas não-filiados ao PROAB. Nas cidades grandes e de médio porte, a maioria dos informantes atendiam às famílias do bairro, enquanto nas cidades de pequeno porte a maioria das informações referiam-se aos estabelecimentos que atendiam a toda a cidade.



### 3. ANÁLISE DOS PREÇOS MÉDIOS

Os dados obtidos no trabalho de campo serviram para calcular um grande número de médias dos preços, segundo uma ou mais das dimensões da pesquisa. Conjuntamente com cada média foram calculadas a variância e o desvio padrão dos preços individuais que a compunham, mais o número de observações (estabelecimentos entrevistados). Em continuação apresentam-se algumas comparações dos preços médios segundo as dimensões da cidade, tipo de bairro, tipo de estabelecimento, condições de venda e quantidade vendida (inferior à quantidade padrão). Estes resultados são um pequeno subconjunto daqueles apresentados no estudo completo referido,<sup>(4)</sup> limitando-se aqui a comparações unidimensionais. Na seguinte seção, a informação referente às variações de preços dentro de um mesmo conjunto de observações é usada para estudar a significância estatística das diferenças entre as médias. Com algumas exceções, não são analisados os casos em que se têm menos de 10 observações num conjunto.

Quanto às diferenças de preços médios da quantidade-padrão entre as cidades de porte grande, médio e pequeno, no tocante à origem dos alimentos, observa-se no Quadro 2 que os alimentos industrializados têm menores preços nas cidades maiores. Contrariamente, os alimentos que não recebem (ou recebem pouco) processamento são mais baratos nas cidades de porte médio ou de pequeno porte. Por exemplo, o arroz, a farinha de mandioca, o feijão e o fubá são mais baratos nas cidades médias e pequenas. Por sua vez, o açúcar, o charque, o leite em pó, o macarrão, o óleo de soja, os enlatados e os pães são mais baratos nas cidades grandes e nas de porte médio.

Com relação aos preços médios da quantidade padrão por tipos de bairro (Quadro 3), à exceção do café, de dois tipos de enlatados (viandada e "kitut") e da margarina, os preços nos bairros atendidos pelo PROAB são menores do que nos bairros pobres não-atendidos pelo PROAB. Também os bairros atendidos pelo PROAB apresentam preços menores do que os preços nos bairros não-pobres, com exceção do café, do *kitut* e da margarina. No confronto entre os preços nos bairros pobres não-atendidos pelo PROAB e nos bairros não-pobres observa-se que, nos últimos, a grande maioria dos alimentos possui preços mais altos. Apenas alguns produtos industrializados têm preços mais elevados nos bairros pobres não-atendidos pelo PROAB do que nos bairros não-pobres, como é o caso do fubá, do café, da margarina, da arrozina e de alguns enlatados (carne bovina, salsicha e sardinha).

QUADRO 2  
Preços Médios da Quantidade-Padrão por Local da Entrevista - Cr\$

Produtos		Preços Médios por Local da Entrevista (Cr\$)										
		Cidades Grandes					Cidades de Porte Médio					
		Recife	Fortaleza	Teressina	Total	Arapiraca	Palmares	Campina Grande	Caicó	Itapipoca	Picos	Total
Arroz	kg	2729	2378	1997	2366	2631	2821	2483	2371	1993	1937	2362
Açúcar	kg	1470	1635	1684	1598	1732	1411	1514	1610	1582	1697	1589
Charque	kg	6858	10069	8568 *	7556	9108	6452	8510	9100 *	7500 *	9667 *	8067
Farinha de Mandioca	kg	1423	1226	1398	1351	1333	960	1145	959	791	1038	1037
Feijão	kg	3058	1919	2028	2343	2930	3002	2231	1365	1708 *	1729	2190
Fubá	500g	1215	1248	928	1106	1293 *	1239	1042	971	1176	1083	1103
Leite em Pó	200g	1976	2160	2206	2107	2531	2386	2084	—	2291	2457 *	2320
Macarrão	500g	1233	1425	1611	1416	1599	1284	1310	1415	1394	1661	1436
Óleo de Soja	900ml	4566	5271	5439	5100	5344	5025	5004	5370	5067	5193	5174
Ovos	dúzia	2310	2630	2698	2554	2517	2550	2642	2737	2947	2462	2647
Café	250g	4222	4710	4675	4529	4450	4071	4358	4525	4343	4602	4404
Enlatados:												
— Carne bovina	320g	2414 *	2520 *	—	2458	—	3092 *	—	—	1950 *	2000 *	2530
— Fiambre	320g	—	2000 *	—	2000	—	2640 *	2226 *	—	—	—	2364
— Salsicha	180g	2125 *	—	2980 *	2491 *	—	—	—	—	—	2540 *	2540 *
— Sardinha	125g	1554	1341	1400	1398	1679	1552	1484	1480	1162	1371	1433
— Presuntada	435g	2250 *	3750 *	—	3256 *	—	—	—	—	—	—	—
— Viandada	320g	2611 *	2133 *	—	2468	—	—	2172 *	—	2025 *	2500 *	2143
— Kitut	320g	2790	2800 *	—	2790	2730	2736	2393 *	2000 *	—	3625 *	2734
Margarina	250g	1889	1940	2204	2014	2223	2026	1922	1876	1815	1947	1962
Arrozina	200g	838	797	940	860	948	797	863	802	777	825	835
Pão:												
— Pão francês	25g	—	—	—	—	200 *	—	—	—	—	—	200
— Pão francês	50g	165	200 *	151	156	189	157	170	150	200 *	—	168
— Pão francês	75g	—	—	—	—	—	—	—	—	200 *	—	200 *
— Pão francês	100g	328	—	346	333	234 *	—	277 *	—	198	349	264
— Pão francês	200g	—	555	670 *	564	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: Pesquisa Direta da FUNDAJ.

NOTA: (\*) Dados referentes a menos de 10 informações.

CONTINUA...

QUADRO 2  
Preços Médios da Quantidade-Padrão por Local da Entrevista — Cr\$ (Continuação)

Produtos		Preços Médios por Local da Entrevista (Cr\$)											Preço Médio Total
		Cidades de Pequeno Porte											
Tipos	Quant. Standard	Lagoa da Canoa	Joaquim Nabuco	Arara	Sole- dade	Jardim do Seridó	Ouro Branco	São Luís do Curu	Trairi	Inhuma	São José do Piauí	Total	
Arroz	kg	2395	2531	2450	2289*	2350	2350	2190	2208	1680	1856*	2233	2336
Açúcar	kg	1707	1424	1608	1425	1560	1550	1620	1558	1790	1670	1592	1593
Charque	kg	9883 *	6144*	7833 *	8500*	8167 *	—	—	—	—	—	7498	7767
Farinha de Mandioca	kg	1106 *	829*	750 *	990	861 *	980	855	818 *	1.000*	900*	906	1163
Feijão	kg	2613 *	2930*	2000 *	1000*	1322 *	978 *	1800*	1550*	1200 *	1200*	1628	2186
Fubá	500g	1200 *	1207	1230	983*	1150 *	1090	1138*	1114*	530	522*	995	1081
Leite em pó	200g	2489 *	2472*	2086 *	2033*	2000 *	—	2217*	2267*	2380 *	2720*	2306 *	2221
Macarrão	500g	1713	1357	1400	1289*	1394	1390	1480	1430	1670	1589*	1474	1436
Óleo de soja	900ml	5662 *	5403*	5133 *	5150*	5300 *	5057 *	5000*	5333*	5267 *	4930	5237	5156
Ovos	dúzia	2433 *	2628	3275 *	2730*	2610 *	2400 *	2745*	2900	2280 *	2400*	2696	2613
Café	250g	4406 *	4101*	4310	4328	4530	4120	4644*	4709	4550	4635	4439	4462
Enlatados:													
— Carne bovina	320g	—	2938*	—	—	—	—	2300*	2600*	—	—	2585	2507
— Fiambre	320g	—	—	—	—	—	—	2000*	—	—	—	2000	2218
— Salsicha	180g	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2502 *
— Sardinha	125g	1807 *	1633*	1519 *	1314*	1520 *	1370 *	1225*	1164	1380 *	1350*	1402	1413
— Presuntada	435g	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3250*
— Viandada	320g	—	—	—	2000*	—	—	—	—	—	—	2000	2298
— Kitut	320g	2500 *	—	—	2500*	2650 *	2450 *	—	—	—	—	2540	2705
Margarina	250g	2338	2132*	1880	1889*	1840	2010	1830	1875	2005	2050*	1981	1987
Arrozina	200g	959 *	868*	817 *	861*	880 *	775	767*	809	800 *	800*	834	845
Pão:													
— Pão francês	25g	—	—	—	—	—	—	100*	—	—	—	100 *	150 *
— Pão francês	50g	200 *	175*	—	200*	—	200 *	200*	200*	275 *	—	200	169
— Pão francês	75g	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	200 *
— Pão francês	100g	—	—	185 *	—	200 *	200*	150*	—	300*	350	255	289
— Pão francês	200g	—	—	—	175*	—	—	—	—	—	—	175 *	556

FONTE: Pesquisa direta da FUNAJ.

NOTA: (\*) Dados referentes a menos de 10 informações.

Por sua vez, o preço médio dos produtos nos locais sem discriminação de bairro (cidades de pequeno porte) são maiores do que os preços nos bairros atendidos pelo PROAB, nas grandes cidades, à exceção da farinha de mandioca, do feijão e do café, o que provavelmente se explica pelo fato de ser perto das cidades de pequeno porte onde esses alimentos são produzidos. Quanto à margarina e à arrozina, os preços quase se equivalem tanto nos bairros atendidos pelo PROAB quanto nos locais sem discriminação de bairro.

A comparação dos preços nas áreas pobres e não-pobres dos bairros não-pobres mostra que, nestas últimas, a farinha de mandioca, o fubá, as carnes enlatadas (em sua maior parte) e o pão francês (de 50 e de 100 gramas) têm preços mais baixos. No caso do pão francês, apesar de os dados não permitirem uma comparação mais real devido ao pequeno número de informantes, entende-se que provavelmente o sistema de revenda — e não de fabricação por padarias — nos bairros pobres onera o preço de venda.

Em referência aos preços médios da quantidade-padrão por tipos de estabelecimentos (ver Quadro 4), observa-se que os preços dos alimentos, de modo geral, são mais baratos nos estabelecimentos varejistas filiados ao PROAB, excetuando-se os preços do café, da carne bovina (enlatada) e vianada e da margarina que aqui são um pouco mais caros.

Geralmente, os boxes em mercado público, e as bancas em feiras livres vendem mais caro nas cidades grandes.\* É provável que o caráter atomizado das vendas e a impossibilidade de tirarem proveito de economias de escala com a formação de estoque, além dos custos fixos por unidade de produto vendido serem elevados, expliquem esse fenômeno.

A mesma explicação pode ser dada na comparação entre os dois sistemas de venda anteriormente considerados e os minimercados. Igual raciocínio é aplicável na comparação entre supermercados e minimercados. Os primeiros apresentam preços, no geral, menores do que os últimos. O tamanho do estabelecimento parece ser o fator explicativo, também neste caso. Muitas vezes os supermercados produzem, processam ou acondicionam os produtos que vendem, com nítida economia de custos. O comércio varejista também enfrenta o problema da escala e das vantagens que têm, por exemplo, os supermercados. O comércio varejista filiado ao PROAB apresenta os preços mais baixos, inclusive se comparados aos dos supermercados, com exceção do café e do "kitut".

---

\* Tabelas 32-34 do trabalho citado. Não se reproduzem aqui várias tabelas cujos resultados se comentam.

QUADRO 3  
PREÇOS MÉDIOS DA QUANTIDADE – PADRÃO POR TIPOS DE BAIRROS (TOTAL DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS) – CR\$

Produtos		Preços Médios Segundo os Tipos de Bairros						Média Total das Observações
Tipos	Quantidade	Bairros pobres atendidos p/PROAB	Bairros pobres não-atendidos p/PROAB	Bairros Não-pobres		Total	Sem discriminação de bairro	
	Standard			Área pobre	Área não-pobre			
Arroz	kg	2.130	2.352	2.382	2.516	2.488	2.233	2.336
Açúcar	kg	1.443	1.605	1.586	1.666	1.649	1.592	1.593
Charque	kg	6.590	7.876	8.086*	8.295	8.264	7.498	7.767
Farinha de mandioca	kg	1.156	1.159	1.358	1.282	1.301	906	1.163
Feijão	kg	2.142	2.303	2.254	2.328	2.312	1.628	2.186
Fubá	500 g	959	1.164	1.212	1.075	1.104	995	1.081
Leite em pó	200 g	1.866	2.285	2.192	2.374	2.337	2.306	2.221
Macarrão	500 g	1.249	1.451	1.452	1.479	1.473	1.474	1.436
Óleo de soja	900 ml	4.610	5.209	5.252	5.300	5.290	5.237	5.156
Ovos	dúzia	2.317	2.655	2.610	2.707	2.683	2.696	2.613
Café	250 g	4.546	4.454	4.373	4.470	4.450	4.439	4.462
Enlatados:								
. Carne bovina	320 g	2.400*	2.540*	3.000*	2.435*	2.530*	2.585	2.507
. Fiambre	320 g	—	2.154*	—	2.420*	2.420*	2.000*	2.218
. Salsicha	180 g	2.000*	2.847*	3.200*	2.195*	2.396*	—	2.502*
. Sardinha	125 g	1.354	1.454	1.342	1.411	1.398	1.402	1.413
. Presuntada	435 g	—	2.250*	—	3.750*	3.750*	—	3.250*
. Viandada	320 g	2.417*	2.176	1.995*	2.950*	2.472*	2.000*	2.298
. Kitut	320 g	2.850*	2.671	2.900*	2.798	2.823	2.533*	2.705
Margarina	250 g	1.998	1.990	1.954	1.993	1.983	1.981	1.987
Arrozina	200 g	838	851	827	854	848	834	845
Pão:								
. Pão francês	25 g	—	200*	—	—	—	100*	150*
. Pão francês	50 g	152	166	191*	171	175	200	169
. Pão francês	75 g	—	200*	200*	200*	200*	—	200*
. Pão francês	100 g	325*	281	320	305	313	255	289
. Pão francês	200 g	509	559	630*	656	650	175*	556

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

NOTA: (\*) Dados referentes a menos de 10 informações.

QUADRO 4  
PREÇOS MÉDIOS DA QUANTIDADE-PADRÃO POR TIPOS DE ESTABELECIMENTO (TOTAL GERAL) – CR\$

Produtos		Preços Médios Segundo os Tipos de Estabelecimento						Total
Tipos	Quantidade standard	Varejista filiado ao PROAB	Varejista	Supermercado	Minimercado	Box em mercado público	Banca em feira livre	
Arroz	kg	2.009	2.354	2.460	2.439	2.448	2.240	2.335
Açúcar	kg	1.398	1.613	1.536	1.609	1.685	1.605	1.593
Charque	kg	6.424	8.004	7.891	8.075	8.255	—	7.820
Farinha de mandioca	kg	1.101	1.142	1.253	1.169	1.352	1.046	1.163
Feijão	kg	2.115	2.181	2.218	2.365	2.226	1.713	2.186
Fubá	500 g	901	1.104	1.039	1.135	1.102	1.097	1.081
Leite em pó	200 g	1.768	2.307	2.292	2.313	2.237	2.414*	2.219
Macarrão	500 g	1.195	1.471	1.401	1.449	1.463	1.471	1.437
Óleo de soja	900 ml	4.510	5.259	5.077	5.317	5.182	5.137	5.156
Ovos	duzia	2.256	2.673	2.680	2.612	2.649	2.760*	2.613
Café	250 g	4.499	4.480	4.338	4.412	4.404	4.514	4.462
Enlatados:								
Carne bovina	320 g	2.540*	2.475	2.100*	2.282*	3.500*	—	2.482
Fiambre	320 g	—	2.296*	2.470*	2.059*	—	—	2.219
Salsicha	180 g	2.000*	3.125*	2.553*	2.080*	2.450*	—	2.502
Sardinha	125 g	1.374	1.407	1.514	1.429	1.403	1.660*	1.418
Presuntada	435 g	—	3.250*	—	—	—	—	3.250
Viandada	320 g	2.500*	2.175	1.990*	2.000*	2.200*	—	2.246
Kitut	320 g	2.567*	2.807	2.809*	2.544*	2.625*	3.000*	2.750
Margarina	250 g	2.011	1.996	2.001	2.011	1.978	1.929	1.996
Arrozina	200 g	845	840	915	826	824	971*	845
Pão:								
Pão francês	25 g	—	150*	—	—	—	—	150
Pão francês	50 g	155	172	173*	170*	200*	—	171
Pão francês	75 g	—	200*	—	—	—	—	200
Pão francês	100 g	324*	283	326*	258*	347*	350*	289
Pão francês	200 g	502	564	622*	606*	—	—	556

FONTE: Pesquisa direta da FUNDAJ.

NOTA: (\*) Dados referentes a menos de 10 informações.

Nas cidades de médio porte, as variações de preços parecem refletir as diferenças nos sistemas de abastecimento das várias formas de comércio e também a origem dos produtos. Nessas cidades, as bancas em feiras livres e os boxes em mercado público vendem mais baratos os produtos originados na área — os alimentos não-industrializados —, porém sem contar com economias de escala decorrentes da compra em grandes quantidades. Já os outros sistemas de venda — comércio varejista, supermercados e minimercados — não apresentam padrões nítidos com relação aos preços. Talvez isso aconteça porque nas cidades de médio porte essas formas de comércio não apresentam grandes diferenças quanto à capacidade de reduzir custos.

Nas cidades de pequeno porte, as diferenças entre os cinco sistemas de comercialização, quanto aos preços, não são nítidas. Talvez nessas cidades as vantagens decorrentes da proximidade das fontes produtoras dos produtos não-industrializados beneficiem todos os sistemas. Por outro lado, as desvantagens originárias da importação de produtos industrializados afetam a todos, indistintamente. Nessas cidades, as diferenças de tamanho — e conseqüentemente as possibilidades de redução de custos — são ainda menores. Os preços médios dos produtos entre os distintos sistemas de comercialização tendem, *praticamente*, a nivelar-se.

Quanto aos preços médios da quantidade-padrão dos produtos por tipos de estabelecimento por condições de venda (Quadro 5), seria de esperar que nas vendas a caderneta, *por representarem uma forma de venda a prazo*, os preços fossem mais elevados do que nas vendas à vista. Porém, isso não ocorre em todos os casos. Por exemplo, no comércio varejista do PROAB, o feijão, o fubá, a sardinha enlatada, a margarina, a arrozina e o pão francês (de 50 gramas e de 200 gramas) vendidos em caderneta têm preços médios mais baixos do que na venda à vista. Situação parecida, se bem que não com relação aos mesmos produtos, ocorre no comércio varejista não-filiado ao PROAB. Surpreende, no caso dos supermercados e dos minimercados, o número de estabelecimentos que vendem em caderneta, sendo este um fenômeno que se esperava observar só entre os pequenos varejistas. Também se observam casos de venda em caderneta nos boxes de mercado público e nas bancas em feira livre. Difícil de explicar é o fato de que às vezes estes produtos são vendidos a preços mais baixos a prazo do que à vista.

Os preços contidos no Quadro 5 mostram que a venda em caderneta não implica necessariamente preços mais altos do que na venda à vista. Porém, esta comparação é algo difícil de interpretar, uma vez que os preços dos produtos vendidos em caderneta, na maioria dos casos, correspondem a menos

de dez informações. No comércio varejista do PROAB, por exemplo, há mais de dez observações para comparar entre os preços à vista e em caderneta, apenas para o arroz, o açúcar, os ovos e a sardinha enlatada. Desses produtos somente o último é mais barato, em média, no sistema de caderneta.

Em referência aos preços médios da menor quantidade vendida (Quadro 6), fica evidenciado que as frações menores de arroz, de açúcar e de feijão são mais caras do que as frações maiores, nas cidades grandes, com exceção para a farinha, cujas frações menores são mais caras nas cidades de médio e pequeno porte e para os ovos onde o preço da menor quantidade vendida (unidade) se equívale ao preço unitário extraído da dúzia vendida. Nas cidades de médio e de pequeno porte, excetuando-se o preço da menor quantidade vendida do arroz nas cidades médias, os preços são bem maiores em relação à menor quantidade vendida. Para o óleo de soja, os preços das frações menores nas grandes cidades são relativamente mais elevados e, em maior intensidade, nas cidades de porte médio. Isso se dá pelo fato de o óleo, ao contrário dos outros produtos mencionados, ser tradicionalmente vendido em frações nas áreas mais pobres.

Quando se analisam os preços médios da menor quantidade vendida segundo condições de venda, constata-se que, para o arroz, nas vendas à vista, as frações menores são vendidas a preços mais elevados do que as porções maiores.\* Na venda pela caderneta, as diferenças são ainda maiores, ou seja, as porções menores são vendidas a preços consideravelmente superiores do que na venda em quantidades maiores. De um modo geral, ocorre o mesmo com a venda de açúcar, principalmente se se consideram os preços das porções menores, ou seja, de 50 a 100 gramas, e das maiores, isto é, acima de 250 gramas. Nesses casos, fica evidenciado que as porções menores são mais caras do que as maiores. Na venda por caderneta, fica nítida a diferença, para mais, dos preços das porções menores, em comparação com as maiores.

No caso da farinha de mandioca, a venda à vista em porções dá-se de modo que nas quantidades entre 100 e 500 gramas os preços de venda em frações são relativamente mais altos, passando a ser relativamente menores nas porções acima de 500 gramas. Talvez isso se explique porque a farinha não é um produto que se venda, tradicionalmente, em porções. A venda da farinha de mandioca por caderneta é feita, de modo geral, a preços mais elevados nas porções menores.

---

\* Tabelas 80 a 84 do trabalho citado, não reproduzidas aqui.



QUADRO 5  
Preços Médios da Quantidade-Padrão por Tipos de Estabelecimentos por Condições de Venda – Cr\$

Produtos		Tipos de Estabelecimentos por Condições de Venda												
Tipos	Quant. Standard	Varejista PROAB		Varejista		Supermercado			Minimercado		Box em Mercado Público		Banca em Feira-Livre	
		À Vista	Cadern.	À Vista	Cadern.	À Vista	Cadern.	Outra <sup>1</sup>	À Vista	Cadern.	À Vista	Cadern.	À Vista	Cadern.
Arroz	kg	1997	2055	2453	2200	2501	1800*	2200*	2519	1986*	2559	2286	2276	2075*
Açúcar	kg	1365	1517	1595	1642	1509	1680*	—	1609	1607*	1764	1550	1594	1650*
Charque	kg	6281	9000*	8052	7833	7790	9000*	8500*	7973	9500*	7733*	7067*	—	—
Farinha de Mandioca	kg	1091	1149*	1213	1023	1258	800*	—	1202	998*	1432	1164	1100*	925*
Feijão	kg	2215	1773*	2380	1833	2243	1300*	1570*	2437	1917*	2453	1709	1786*	1550*
Fubá	500g	907	869*	1108	1103	1047	1200*	935*	1127	1171*	1168	1012	1158	900
Leite em pó	200g	1725	1979*	2311	2302	2210	—	2759*	2314	2300*	2270	2256*	2414*	—
Macarrão	500g	1169	1306*	1453	1498	1346	1500*	1490*	1444	1486*	1500	1400	1482	1425*
Óleo de soja	900ml	4441	4935*	5244	5285	5067	4600*	4950*	5236	5930*	5131	5290	5106	5400*
Ovos	dúzia	2229	2360	2656	2703	2665	2400*	3036*	2571	2843*	2740*	2571*	2720*	2760*
Café	250g	4470	4622*	4446	4536	4286	4650*	4853*	4383	4579*	4447	4332	4512	1525*
Enlatados:														
— Carne bovina	320g	2540*	—	2485	2700*	2100*	—	—	2442*	1800*	—	3500*	—	—
— Fiambre	320g	—	—	2360*	2200*	2470*	—	—	2059*	—	—	—	—	—
— Salsicha	180g	2000*	—	3450*	2800*	2553*	—	—	2080*	—	2450*	—	—	—
— Sardinha	125g	1400	1310	1392	1426	1407	1700*	2699*	1448	1340*	1450	1317*	1557*	1350*
— Presuntada	435g	—	—	3250*	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
— Viandada	320g	2500*	—	2360*	2100*	1990*	—	—	2000*	—	—	2200*	—	—
— Kitut	320g	2567*	—	2941	2540	2809*	—	—	2470*	—	2667*	2500*	3000*	—
Margarina	250g	2014	2000*	1985	1979	1974	2000*	2189*	1993	2114*	2005	1932	1936*	1900*
Arrozina	200g	852	813*	844	835	915	800*	969*	819	867*	822	827	971*	—
Pão:														
— Pão francês	25g	—	—	100*	200	—	—	—	—	—	—	—	—	—
— Pão francês	50g	157	144*	170	176	173*	—	—	170*	—	—	200*	—	—
— Pão francês	75g	—	—	200*	200	—	—	—	—	—	—	—	—	—
— Pão francês	100g	324*	—	290	279	326*	—	—	320*	237*	347*	—	350*	—
— Pão francês	200g	539*	458*	561	578	598*	—	670*	574*	670*	—	—	—	—

FONTE: Pesquisa Direta da FUNDAJ.

NOTA: <sup>1</sup> Cartão de crédito.

(\*) Dados referentes a menos de 10 informações.

QUADRO 6  
PREÇOS MÉDIOS SEGUNDO A QUANTIDADE VENDIDA POR LOCAL DA ENTREVISTA - CR\$

Preço Médio da Menor Quantidade Vendida por Local da Entrevista																						
Variações dos preços segundo quantidade vendida por tipo de produto	Cidades Grandes						Cidades de Porte Médio						Cidades de Pequeno Porte									
	Recife	Fortale. a	Terestina	Total	Arapiraca	Palmares	Campina				Lagoa do Canoa	Joaquim Nabuco	Atara	Soledade	Jardim do Seridó	Ouro Branco	São Luís do Curu	Trairi	Inhuma	São		
							Grande	Caió	Itapipoca	Picos										Total	José do	Piauí
Arroz:	100 g	2590	2530*	2300*	2550	2000*	2880*	2500*	2500*	1980*	1900*	2420	1000*	1200	2500*	-	2400*	2250*	1650*	-	1900*	1870*
	250 g	2840*	2316	1952	2164	3068*	3100*	2132*	2968*	2080	1900*	2348	2800*	-	2000*	-	-	2228*	2400*	1800*	1800*	2216
	500 g	2730	2496	1956	2352	2560	2790*	2322*	2320	1900*	1882	2308	2300*	2700*	2590*	2084*	2334*	384*	2200*	2434*	1666*	1840*
	kg	2729	2378	1997	2366	2631	2821	2483	2371	1993	1937	2362	2395	2531	2450	2289*	2350	2350	2190	2208	1680	2233
Ovos:	unidade	2280	2628	2724	2544	3012	2604	2676	2736	2940	2496	2748	3204*	2736*	3396*	2772*	2676*	2400*	2748*	2904	2280*	2400*
	dúzia	2310	2630	2698	2554	2517	2550	2642	2737	2947	2462	2647	2433*	2628	3275*	2730*	2610*	2400*	2745*	2900	2280*	2400*
Açúcar:	100 g	1440	1600*	1900*	1530	1830*	1450*	1750*	1800*	1620*	1750*	1650	3000*	-	1500*	1200*	1500*	1650*	1500*	1550*	-	1700*
	250 g	1444*	1604	1636	1608	-	1600*	-	1552*	1708	1672*	1676	2000*	-	-	-	-	1644*	1800*	1800*	1600*	1700*
	500 g	1536	1672	1738	1668	1688	1424	1500	1644	1500*	1688	1600	1666*	1420*	1776*	1428*	1560*	1580*	1800*	1600*	1788*	1680*
	kg	1470	1635	1684	1598	1732	1411	1514	1610	1582	1697	1589	1707	1424	1608	1425	1560	1550	1620	1558	1790	1670
Farinha de Mandioca:	100 g	1370	1120*	1650*	1340	1600*	-	1330*	1000*	-	780*	1240	1008*	1090*	-	1000*	-	-	-	-	800*	950*
	500 g	1536	1326	1472	1418	1330	1900*	1172	972	1400*	1024*	1216	1140*	800*	700*	1000*	824*	1000*	854*	-	1000*	946
	kg	1423	1226	1398	1351	1333	960	1145	959	791	1038	1037	1106*	829*	750*	990	861*	980	855	818*	1000*	900*
Feijão:	100 g	3050	1960*	2320*	2820	3500*	2830*	2380*	1500*	-	1600*	2380	-	2800*	-	1000*	-	-	-	-	-	1900*
	500 g	3172	1980	2064	2244	2892	3200	2100	1336	1750*	1460*	2160	2800*	2900*	1500*	1000*	1160*	986*	2000*	-	1200*	1316
	kg	3058	1919	2028	2343	2930	3002	2231	1365	1708*	1729	2190	2613*	2930*	2000*	1000*	1322*	978*	1800*	1550*	1200*	1200*
Óleo de Soja:	100 ml	4626*	4950*	7200*	5355	4500*	5697*	-	-	6300*	-	5697*	-	6300*	-	-	-	-	7200*	6750*	-	6750*
	900 ml	4566	5271	5439	5100	5344	5625	5004	5370	5067	5193	5174	5662*	5403*	5133*	5150*	5300*	5057*	5000*	5333*	5267*	4930

NOTA: Pesquisa direta da FUNDAJ.

(\*) Dados referentes a menos de 10 informações.

A venda a vista, em frações, do feijão, mostra que nas porções menores os preços são comparativamente mais altos do que nas maiores. De um modo geral, o mesmo ocorre nas vendas por caderneta.

A venda de óleo de soja em porções assemelha-se à do feijão, com a diferença de que, nos preços à vista são maiores os diferenciais de aumento entre o preço de venda e o preço que deveria ser cobrado, se os aumentos de preços fossem equivalentes aos incrementos das quantidades. Ocorre, no caso do óleo de soja, que são muitas as frações em que o produto é vendido, resultando disso as naturais variações de preço por porção, o que dificulta a determinação de preços e, por isso, a identificação de uma tendência.

Reportando-se aos preços médios da menor quantidade vendida por tamanho dos estabelecimentos, observa-se que os pequenos estabelecimentos são os que vendem em porções menores.\* Os preços médios do arroz não são necessariamente mais elevados nas vendas em porções menores do que nas maiores. No caso do açúcar, os diferenciais de preços entre o que é vendido e o que seria de esperar se a tendência fosse de incremento proporcional ao aumento da quantidade vendida, são menores do que os verificados no caso do arroz. A farinha de mandioca apresenta comportamento errático, ocorrendo casos em que o preço médio da venda de porções relativamente maiores, como de 300, de 500 e 600 gramas, é menor do que se poderia esperar, caso a tendência do aumento acompanhasse o incremento a partir das porções menores. Nos estabelecimentos de porte médio, as porções são vendidas a partir de uma quantidade maior, ou seja, de 250 gramas para cima. Os preços médios das porções cobradas pela venda do feijão nos pequenos estabelecimentos são consistentemente inferiores do que se os aumentos seguissem o mesmo ritmo do incremento nas quantidades vendidas em frações. No caso do feijão, observa-se que os diferenciais são significativos entre 150 e 300 gramas do produto vendido, voltando a alargar-se entre 400 e 500 gramas vendidos. O óleo de soja, vendido em porção somente nos pequenos estabelecimentos, mostra mais uma vez o grau de fracionamento em que é comercializado. Nas porções de todos os tamanhos, os diferenciais entre preço médio de venda e preço médio mostram-se elevados. De um modo geral, não se pode afirmar que as porções menores sejam relativamente mais caras do que as maiores.

---

\* Tabelas 85 a 89 do trabalho citado, não reproduzidas aqui.

#### 4. SIGNIFICÂNCIA ECONÔMICA E ESTATÍSTICA

Os resultados apresentados nos quadros 2 ao 6 indicam os preços médios, mas não respondem a duas outras questões de interesse: (1) as diferenças de preços são **grandes**, no sentido de importância econômica? e (2) são **significativas**, no sentido estatístico? Para a primeira pergunta, estabeleceu-se arbitrariamente que uma diferença de 10% ou mais seria considerada grande. Para a segunda, considerou-se significativa uma diferença de preços médios, quando um teste "t" recusa a hipótese de igualdade dos preços, com uma confiança de 95%.

Apresenta-se, no Quadro 7, uma seleção de resultados aplicando estes dois critérios. As comparações se limitam a 12 produtos. Nos casos excluídos, o pequeno número de observações tornaria difícil achar diferenças significativas. Para elidir a contaminação entre duas ou mais variáveis, as comparações tipicamente são limitadas a uma só dimensão. Por exemplo, as comparações segundo o tamanho das cidades e para quantidades inferiores ao **padrão** incluem somente os estabelecimentos varejistas não-filiados ao PROAB. A análise segundo condições de venda limita-se aos varejistas filiados ou não ao PROAB, enquanto as comparações entre varejistas e supermercados ou minimercados são calculadas separadamente nas cidades de médio e de grande portes. Só a comparação segundo o tamanho dos estabelecimentos não incorpora nenhuma limitação, em função do pequeno número de estabelecimentos de grande porte. Não se contemplam, no quadro em tela, inúmeras variáveis que foram tratadas na seção 3, tais como: tipo de bairro ou de clientela atendida, critério para determinação dos preços etc.

O resultado mais notável desta análise é, sem dúvida, a grande homogeneidade dos preços. Das 142 comparações realizadas, somente 34 mostravam uma diferença de 10% ou mais, e destas, somente 26 são estatisticamente confiáveis. Por sua vez, ocorreram também duas diferenças significativas menores de 10%. As diferenças maiores e mais expressivas se concentram no arroz, feijão, fubá e farinha de mandioca, não havendo uma só ocorrência para o açúcar, macarrão, óleo de soja, ovos ou sardinhas. Observaram-se diferenças economicamente importantes e confiáveis para o leite em pó (mais caro nos estabelecimentos de médio porte) e para o pão francês (mais caro nas cidades de grande porte). Estas diferenças chegam até a 30% ou mais, como também acontece às vezes com o feijão (mais barato nas cidades de pequeno porte) e com a farinha de mandioca (mais cara quanto maior a cidade e nos estabelecimentos de médio porte). Nota-se que, a nível das cidades individualmente, existem diferenças bem maiores, não necessariamente signi-

Quadro 7  
 Comparações Entre Preços Médios Segundo a Cidade, o Tipo de Estabelecimento e Outros Fatores,  
 para 12 Produtos Alimentícios Básicos no Nordeste

Comparação Entre Preços Médios: Numerador/Denominador	Arroz	Açúcar	Charque	Feijão	Fubá	Farinha de Mandioca	Leite em Pó	Macarrão	Óleo de Soja	Ovos	Sardinha Enlatada (125 g)	Pão Francês (100 g)
1. Varejistas (não-filiados ao PROAB) por cidade												
– Grande/Média	1.05	1.01	0.97	1.07	1.02	1.35 *	0.99	1.01	1.03	1.00	0.97	1.29 *
– Grande/Pequena	1.12 *	1.01	1.13	1.50 *	1.16 *	1.60	0.99	1.00	1.02	0.97	1.00	1.35 *
– Média/Pequena	1.07 *	1.00	1.17 *	1.40 *	1.14 *	1.18 *	1.00	0.98	0.99	0.97	1.03	1.05
2. Segundo o tamanho do estabeleci- mento:												
– Pequeno/Médio	0.97	1.03	1.01	0.99	1.00	1.15 *	0.69 *	1.05	1.02	1.04	1.00	
– Pequeno/Grande	0.86 *	1.01	0.99	0.89	1.05	0.92	0.96	–	1.03	1.01	0.91	
– Médio/Grande	0.88 *	0.98	0.98	0.90	1.05	0.80 *	1.38 *	–	1.01	0.97	0.91	–
3. Cidades grandes (3):												
– Varejista/Supermercado	1.01	1.03	–	0.96	1.12 *	1.07	0.97	1.06	1.02	0.98	–	–
– Varejista/Minimercado	1.00	0.93	–	1.04	0.87 *	1.06	1.00	0.93	0.96	0.98	0.97	–
4. Cidades Médias (6):												
– Varejista/Supermercado	0.96	1.07	1.01	1.27 *	1.10	0.84	–	1.09	1.06	1.00	–	–
– Varejista/Minimercado	0.96	1.04	1.09	0.89	1.12 *	0.94	1.01	1.09 *	1.02	1.05	–	–
5. Varejista por condição de venda:												
– À vista/Caderneta	1.12 *	0.97	1.03	1.30 *	1.00	1.19 *	1.00	0.97	0.99	0.98	–	–
6. Quantidade vendida pelo varejista (não-filiado ao PROAB):												
a) Cidades grandes (3):												
– kilo/100 g	0.97	1.07	–	0.85 *	–	1.06	–	–	–	–	–	–
– kilo/250 g	1.14 *	1.01	–	1.21 *	–	1.07	–	–	–	–	–	–
– kilo/500 g	1.05	0.97	–	–	–	1.01	–	–	–	–	–	–
b) Cidades médias (6):												
– kilo/100 g	0.97	0.97	–	0.94	–	0.85	–	–	–	–	–	–
– kilo/250 g	1.01	0.95	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
– kilo/500 g	1.02	1.00	–	1.09	–	0.95	–	–	–	–	–	–
c) Cidades pequenas (10):												
– kilo/100 g	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
– kilo/250 g	1.00	0.95	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
– kilo/500 g	1.02	0.99	–	1.21	–	0.94	–	–	–	–	–	–

FONTE: Pesquisa direta da FUNARJ.

(\*) Diferença estatística significativa, com 95 por cento de confiança.

(–) Valores não considerados pelo fato de o número de observações ser menor de 10.

ficativas — mais de 100% no caso do feijão, por exemplo (ver Quadro 2). A homogeneidade se vê ao nível algo mais consolidado, levando em conta a variação interna de preços.

Esses resultados permitem duas conclusões com respeito aos subsídios do PROAB. Primeiro, o subsídio típico de 20% ou mais é grande em relação às diferenças de preços que existem fora do programa. Este caso só não se aplica para o feijão, a farinha de mandioca e o leite em pó. Segundo, o subsídio tende a reduzir e não a ampliar as diferenças de preços. Isto resulta de o PROAB subsidiar produtos “naturais” que tendem a ser mais caros nas grandes cidades onde funciona o Programa.

Considerando as hipóteses de que o consumidor pobre paga mais por seus alimentos porque frequenta o varejista em vez do supermercado, e/ou compra em quantidades fracionadas, e/ou recebe crédito, os resultados não dão muito apoio a nenhuma destas explicações. O preço do pequeno varejista não é sistematicamente mais elevado que o do supermercado ou o do minimercado, com algumas exceções para o feijão e o fubá. Tampouco cobra sistematicamente mais caro quando vende por caderneta ou quando em quantidades pequenas. O preço unitário para distintas quantidades de arroz, açúcar, feijão ou farinha de mandioca é notavelmente constante. Ainda é possível que o varejista mantenha parte de sua clientela pela oferta de crédito ou de vendas fracionadas.

## 5. CONCLUSÕES

O estudo revela algumas diferenças de preços acentuadas, especialmente ao nível dos pequenos municípios individuais. Como foi comentado, essas diferenças tendem a concentrar-se nos produtos tradicionais, de processamento simples, que são produzidos no interior do Nordeste. Podem, portanto, refletir condições locais de produção ou transporte, mesmo como flutuações temporais na disponibilidade dos gêneros. Alguns desses produtos têm mostrado ultimamente escassez irregular.(1, 5) Todavia, a estrutura de preços revelada pela pesquisa é bem mais homogênea do que corresponderia às hipóteses enunciadas antes, particularmente quando estudadas num nível maior de agregação ou segundo dimensões distintas da geográfica. Para alguns produtos industrializados, os preços são notavelmente uniformes em todas as dimensões estudadas. Não parecem existir, sistematicamente, grandes diferenças de preços segundo tipos de estabelecimento, condições de venda ou quantidade vendida, as variáveis mais expressivas para discriminar entre o

consumidor pobre e o não-pobre. Em relação à sua renda, o pobre pode estar pagando “demais” pela sua alimentação. **O problema, porém, está do lado da renda baixa**, e, só muito secundariamente, do lado dos preços altos.

A explanação mais simples deste resultado — a não-confirmação das hipóteses enunciadas na introdução a este artigo — quase seguramente está no desenvolvimento e na integração do mercado de alimentos no Brasil nas duas últimas décadas. Por um lado, o Estado tem realizado investimentos maciços na rede rodoviária e no sistema de mercados públicos atacadistas. Estes investimentos pouco ou nada faziam para reduzir a pobreza do pequeno produtor rural ou do consumidor urbano pobre, não lidando contra as baixas rendas, mas sim reduziam os custos de transporte e comercialização dos alimentos, em benefício de todas as classes sociais.<sup>(9)</sup> Por outro lado, a entrada dos supermercados privados na comercialização de alimentos também contribuiu para a redução e uniformização dos preços, forçando os vendedores tradicionais — varejistas, feiras livres, mercados públicos — a se ajustarem à concorrência ou desaparecerem.<sup>(7)</sup> Como resultado, várias hipóteses que poderiam descrever bem a situação nos anos 60 ou ainda nos 70 estão rapidamente perdendo validade. Onde ainda existem grandes diferenças de preços, nos produtos mais tradicionais e entre os pequenos povoados do interior, é porque este processo de integração tem avançado menos: o supermercado ainda não chegou e parte substancial do fluxo de alimentos continua sendo comercializado pelos canais tradicionais.

Se esta explanação é correta, derivam-se duas recomendações gerais: a primeira refere-se à necessidade de repensar na ideologia de vários programas públicos que pretendem estimular o consumo alimentar do pobre através de intervenções no sistema de comercialização, como é o caso do PROAB (subsídio aos alimentos básicos) e do novo Programa de Abastecimento Popular (PAP), que busca fins parecidos, sem subsídios, ambos funcionando via varejistas tradicionais. Não está em questão o benefício que o consumidor pobre pode obter através de uma redução dos preços. A pergunta é se ainda existe alguma margem para reduzir esses preços pela via de intervenções apenas no sistema de comercialização. É também questionável se o varejista tradicional continua sendo o veículo apropriado para essas intervenções, em face da evidência da forte concorrência dos supermercados e da tendência do consumidor pobre urbano de realizar grande parte de suas compras neles. Parece que o problema principal agora não está na rede de comercialização mas no sistema de produção dos alimentos básicos.

Cabe, portanto, ao Governo pensar numa política econômica voltada para a produção de alimentos básicos, a qual será possível se for menos enfatizada a política de exportação, atendendo destarte às necessidades internas. Por sua vez, a necessária política de renda, que se volte para o barateamento da alimentação básica e para a melhoria dos padrões nutricionais, deve fundamentar-se em mudanças radicais na agricultura, ou melhor, na estrutura de posse e uso da terra; em outras palavras, numa reforma agrária que incentive a produção de alimentos para o mercado interno.

A segunda recomendação geral refere-se à necessidade de entender melhor o próprio sistema de comercialização, particularmente nos casos onde não tem acontecido a referida integração do mercado. Isto requer o estudo das fontes e formas de abastecimento, os critérios e condições para estabelecer os preços finais ao consumidor e as margens de lucro decorrentes deles. A pesquisa da FUNDAJ também obteve informações valiosas sobre essas variáveis, que se espera serem analisadas numa segunda fase do estudo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. INAN. **Subsídio para o “Encontro de avaliação da Execução do Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda – PROAB”**. Brasília, 1984. 2v.
2. CAVALCANTI, Clovis et alii. **Pobreza, carestia, subalimentação: avaliação sócio-econômica de uma intervenção nutricional em Pernambuco**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangama, 1984.
3. COCHRAN, W. C. **Técnicas de amostragem**. Rio de Janeiro, 1965. p. 105.
4. GALINDO, Osmil—coord. **Quanto pagam os pobres? Estudo de comparação espacial de preços de alimentos no Nordeste brasileiro**. Recife, FUNDAJ/OPS, 1985. 194f.
5. GALIZA, Cleide & MEDEIROS, Rejane — coords. **Avaliação do projeto de abastecimento de alimentos básicos em áreas de baixa renda**. Recife, FUNDAJ-INAN, 1984.
6. INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. **Projeto de abastecimento em áreas de baixa renda: Brasília Teimosa e Jiquiá**. Recife, IJNPS-INAN, 1978.
7. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Abastecimento alimentar básico: formas e fontes de suprimento: resultados finais**. Curitiba, 1985.
8. MUSGROVE, Philip. **Are los pobres coman mejor: evaluación de programas destinados a mejorar el consumo alimentício de famílias pobres en el Brasil**. Washington, 1986.
9. PANAGIDES, Stahis; LARSON, Donald & PESSOA, Dirceu. **Northeast Brazil agricultural marketing project: success but confined impact. AID Project impact evaluation report**. 1985.

**Abstract:** Poor consumers are often hypothesized to pay too much for basic foodstuffs, making them still poorer and less well nourished, because (1) the food marketing system is inefficient, creating large price differences among retailers and among geographic areas, and/or (2) poor consumers patronize the costliest retailers, where they can obtain credit and can buy in tiny quantities. These hypothesis were tested in a June 1985 survey of prices of 21 foodstuffs in 498 establishments of six types, in 19 municipalities of six states of Northeastern Brazil. Some large price difference exist, especially among the smallest cities, but city size, type of retailer, wealth of the neighborhood, use of credit and even buying in fractionated amounts have little systematic effect on prices. Too-high prices contribute much less to poverty than too-low incomes. Food subsidies through the PROAB Program were found to be large relative to natural price differences, and to reduce price dispersion.





**bsb** SUPER  
DESAO  
DIVISAO DE MECANOGRAFIA

05/592  
86/1930